



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE FILOSOFIA**

**ANA PAULA DE BRITO LIRA**

**O CONCEITO DE EMANCIPAÇÃO HUMANA NA PERSPECTIVA DE  
THEODOR ADORNO E IVO TONET**

**CAMPINA GRANDE  
2016**

**ANA PAULA DE BRITO LIRA**

**O CONCEITO DE EMANCIPAÇÃO HUMANA NA PERSPECTIVA DE  
THEODOR ADORNO E IVO TONET**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Filosofia, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduação em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Valmir Pereira

**CAMPINA GRANDE- PB  
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L768c Lira, Ana Paula de Brito  
O conceito de emancipação humana na perspectiva de  
Theodor Adorno e Ivo Tonet [manuscrito] / Ana Paula de Brito  
Lira. - 2016.  
41 p.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.  
"Orientação: Prof. Dr. Valmir Pereira, Departamento de  
Filosofia e Ciências Sociais".

1. Emancipação humana. 2. Educação. 3. Cidadania. I.  
Título.

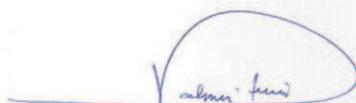
21. ed. CDD 100

ANA PAULA DE BRITO LIRA

**O conceito de emancipação humana na perspectiva de Theodor  
Adorno e Ivo Tonet**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Graduação em Filosofia da  
Universidade Estadual da Paraíba, em  
cumprimento à exigência para obtenção do  
grau de Licenciada em Filosofia.

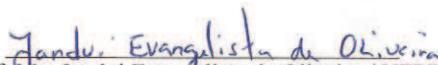
Aprovado em 25/05/2016.



Prof. Dr. Valmir Pereira / UEPB  
Orientador



Profa. Ma. Aliceane de Almeida Vieira / UEPB  
Examinadora



Prof. Me. Jandui Evangelista de Oliveira / UEPB  
Examinador

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais e irmãos pela ajuda e incentivo.

Aos professores do curso de licenciatura da Universidade Estadual da Paraíba, pela colaboração nos trabalhos ao longo do curso.

Ao Prof. Dr. Valmir Pereira pela paciência na orientação do Trabalho de Conclusão de Curso.

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais pelo sonho realizado de ver filhos com formação superior.

“A emancipação do alemão é a emancipação do homem. A cabeça dessa emancipação é a filosofia, o proletariado é o seu coração. A filosofia não pode ser efetivar sem a presunção do proletariado, o proletariado não pode se supprassumir sem a efetivação da filosofia” (MARX, 2013, p.163)

## O CONCEITO DE EMANCIPAÇÃO HUMANA NA PERSPECTIVA DE THEODOR ADORNO E IVO TONET

**RESUMO:** Este trabalho expõe as concepções de emancipação humana de dois autores; Theodor Adorno e Ivo Tonet. O trabalho foi realizado mediante leitura das obras *Educação e Emancipação* de Theodor Adorno e *Educação, Cidadania e Emancipação Humana* de Ivo Tonet. Esses autores se mostram preocupados com a situação social de seu tempo e buscam entender os pressupostos sociais que a sustenta. Adorno apresenta a ideia de emancipação humana por meio da cidadania e da democracia, fortalecidas através das lutas sociais. Tonet defende a ideia de que a cidadania e a democracia não dá conta da emancipação humana, que é no máximo emancipação Política, oriunda da sociedade capitalista. O seu estudo sobre emancipação humana, parte da perspectiva da ontologia do ser social de Marx, que se preocupa com a autoconstrução humana, através do trabalho associado, que consiste na livre associação dos homens para produzirem os bens a serem consumidos em comum. Ao final desse estudo apresentaremos a convergências e as divergências entre os autores e os caminhos da educação que de fato possa emancipar o ser humano.

**Palavras-chave:** Emancipação humana. Educação. Cidadania.

## **CONCEPT OF HUMAN EMANCIPATION IN THEODOR ADORNO PERSPECTIVE AND IVO TONET**

**ABSTRACT:** This paper presents the concepts of human emancipation from two authors. The work was carried out by reading the Education and Emancipation works of Theodor Adorno and Education, Citizenship and Human Emancipation of Ivo Tonet. The authors are concerned about the social situation of his time and seek to understand the social assumptions that supports it. The first presents his idea of emancipation through citizenship and democracy, while the second conceives the idea that citizenship and democracy were good, they would be prohibited in the current capitalist society Your study of human emancipation, of the perspective of ontology social being Marx, who cares about human self, through the associated work. At the end of this study we present the differences between the authors and the ways of the fact that education can emancipate the human being.

**Keywords:** Human Emancipation. Education. Citizenship.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>2 O HOMEM NA PERSPECTIVA DE ADORNO.....</b>	<b>10</b>
<b>2.1 O CONCEITO DE EMANCIPAÇÃO HUMANA NA CONCEPÇÃO DE ADORNO.....</b>	<b>13</b>
<b>2.2 PORQUE O HOMEM PRECISA SER EDUCADO, NA PERSPECTIVA DE ADORNO.....</b>	<b>16</b>
<b>3 O HOMEM NA PERSPECTIVA DE TONET.....</b>	<b>19</b>
3.1 O conceito de Emancipação Humana na concepção de Tonet.....	22
3.1.1 Emancipação Política na Sociedade Capitalista.....	23
3.1.2 Emancipação Humana no Comunismo.....	26
<b>3.2 PORQUE O HOMEM PRECISA SER EDUCADO, NA PERSPECTIVA DE IVO TONET.....</b>	<b>30</b>
<b>4 EDUCAÇÃO PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA EM ADORNO E EM TONET.....</b>	<b>34</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>39</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>40</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao abordar emancipação humana ou educação para a emancipação, uma primeira coisa que vem à tona é, que tipo de homem e de sociedade existe, e o que se deseja formar. Em que consiste o homem emancipado ou uma sociedade emancipada?

Para responder a esses questionamentos, nos reportamos a dois autores: Theodor W. Adorno (1903-1969) e Ivo Tonet<sup>1</sup>. Ambos tratam dessa problemática em contexto social específico. Adorno está circunscrito ao universo da sociedade pós Segunda Guerra Mundial e Tonet aborda a partir do momento atual. A perspectiva de Adorno se reporta a uma sociedade que se desenvolveu sob as cinzas da barbárie da Segunda Guerra Mundial e a do Tonet uma sociedade que se desenvolve com a exploração do trabalho na sociedade capitalista.

No decorrer da pesquisa bibliográfica, nos deparamos com concepções de emancipação humana diferentes nos autores acima apontados. Enquanto Adorno concebe emancipação humana em fortalecimento da democracia e formação cidadã, dentro dos parâmetros da sociedade capitalista, Tonet dispensa a importância da democracia e da cidadania, restritas à emancipação política, pois a emancipação humana só será possível mediante a evolução social e humana, para uma sociedade associada. A livre associação de todos os homens por meio do trabalho associado, a constituição do ser social, vivendo na sociedade comum, o comunismo, com a total dissolução da sociedade capitalista.

O interesse de pesquisar o conceito de emancipação humana com enfoque na educação se deu pelo fato de ter surgido durante todo o curso de licenciatura em filosofia questões como: educação cidadã, educação para cidadania, educação para emancipação, educação para democracia.

Esse trabalho tem como objetivo demonstrar a concepção dos autores; Adorno e Tonet sobre a emancipação humana, e como a educação pode colaborar com a emancipação humana. O trabalho está dividido em três seções e estas, subdivididas em tópicos. A primeira seção se ocupa de abordar a perspectiva de homem de Adorno, da concepção de emancipação humana e porque o homem precisa ser educado. Na segunda seção a mesma sequência de tópicos se repete com as ideias de Tonet. Na terceira e última seção são conflitadas as considerações dos dois autores citados.

---

<sup>1</sup> Professor de Filosofia da Educação da Universidade Federal de Alagoas

## 2 O HOMEM NA PERSPECTIVA DE ADORNO

O homem que Adorno se refere na obra *Educação e Emancipação*, publicada em 1970, é o homem do período pós Segunda Guerra Mundial, que foi testemunha do maior exemplo de horror da história da humanidade, o campo de concentração de Auschwitz. As barbaridades ocorridas durante a guerra parecem não surtir efeito e o homem vive aparentemente bem sobre os pressupostos que possibilitaram a barbárie, onde milhares de seres humanos foram assassinados por motivos supérfluos e mesquinhos.

Esse mesmo homem vive na época do esclarecimento e do desenvolvimento tecnológico e científico. Esse fato intriga aquele autor. O homem se confunde com a sociedade em que vive, no sentido de contribuir com os ditames dos coletivos. E quando o homem se identifica de maneira cega com o coletivo, comete tudo que convém a esses coletivos. O nacionalismo agressor é decorrente do coletivo que levou à barbárie. A esse respeito Adorno afirma:

Considero que o mais importante para enfrentar o perigo de que tudo se repita é contrapor-se ao poder cego de todos os coletivos, fortalecendo a resistência frente aos mesmos por meio do esclarecimento do problema da coletivização. (ADORNO, 1995, p.127).

O problema da civilização é que ela não cumpriu com a promessa do desenvolvimento de pessoas esclarecidas e conscientes de seu papel como cidadãos, ou pessoas emancipadas. Acontece justamente o contrário, o tempo passa e as coisas acontecem, inclusive explosão de violência aos moldes da ocorrida na Segunda Guerra Mundial, e os homens continuam os mesmos.

A educação e a cultura continuam a incentivar o sentimento agressor. A condição de fazer parte dos coletivos é passar por provações que causam dor e humilhações. É o caso dos ritos de iniciação no qual os jovens são submetidos a todo tipo de sofrimento físico e psicológico, como os trotes nas universidades. Esse costume deve ser banido, para não afetar os homens com o prazer à dor e sofrimento alheio, pois quando alguém sofre humilhação e passa por situação deprimente ou dor profunda, sente a necessidade de se “vingar” em outro que está chegando ao coletivo. Desenvolve assim o ressentimento e o sadismo.

A maior preocupação de Adorno é impedir que Auschwitz voltasse a acontecer. Porque os pressupostos objetivos, isto é, sociais e políticos, que possibilitaram tal barbaridade ainda continuavam os mesmos. Embora existam alguns, a preocupação, a repetição de Auschwitz é real. Auschwitz foi a total regressão a barbárie e a violência repercutiu de forma profunda nos seres humanos. Sem essa tolerância Auschwitz não teria acontecido.

As condições sociais continuam se impondo [...] tanto a estrutura básica da sociedade como os seus membros, por termo chegado onde estamos não mudaram nesses vinte e cinco anos. [...] O simples fato de ter ocorrido já constitui por si só expressão de uma tendência social imperativa (ADORNO, 1995, p. 120).

A indiferença à dor humana é muito grave e a barbaridade deve ser evitada a qualquer custo. Adorno entende por barbárie, a violência utilizada irracionalmente de maneira primitiva. Quando alguém ofende outra pessoa, mesmo que não seja com violência física se constitui em barbárie. Ou seja, barbárie é todo tipo de ação utilizado de forma irracional que possa causar dor de qualquer natureza, seja contra a vida, seja psicologicamente ou contra a integridade física. É preciso que os homens se sintam envergonhados em cometer violência nesses termos, defende Adorno.

Mas a necessidade de evitar o uso da violência, não significa dizer que é desejável à formação de homens pacíficos e dóceis. O homem possui instinto de agressão, e ninguém está livre de traços de barbárie. A questão é conduzir esses traços contra os princípios bárbaros. Ou seja, que a raiva ou a revolta deva ir contra o seu uso desenfreado da violência.

Isso quer dizer que a violência pode ser utilizada, porém de maneira racional e refletida em prol da vida humana e de melhores condições de existência. Na luta pelos direitos dos cidadãos e para fortalecer a democracia, colaborando com a emancipação humana, por exemplo. Ou seja, se tornando assim, homens emancipados e prontos para viver em sociedade. A violência sendo utilizada nesses termos, não se constitui em barbárie.

Fazendo uma análise mais profunda sobre o comportamento do homem com o seu tempo, aquele autor se remete a tese de Freud ao afirmar que “O mal está na civilização”, onde é defendida a ideia de que a civilização não cumpre o papel de formar pessoas libertas e que o homem desenvolve raiva contra a civilização. Se sente cada vez

mais enclausurado dentro de um sistema político e social opressor, obrigado a se sujeitarem a situações de vida e trabalho degradantes. Esse sistema se tornou uma rede tão densa que a possibilidade de se ver livre parece impossível.

A saída mais eficaz, segundo Adorno, é a educação contra a barbárie. Os homens, desde muito cedo devem aprender a não dar cotoveladas uns nos outros, pois a qualquer momento ele possa ser aquele outro. Ou seja, que os homens aprendam desde cedo a ser conscientes de suas ações. E que essas ações sejam em prol de melhores condições e preservação da vida humana.

O esclarecer ou “Elaborar o passado” é um tabu. Ninguém permite expor os fatos da maneira que ocorreram, como se suavizando os termos amenizasse o ocorrido. Auschwitz aconteceu, foi o campo de concentração da Alemanha nazista que mais matou seres humanos. E o esquecimento não vai mudar o que aconteceu. Não existe justificativa ou defesa diante de tão absurda indiferença à barbárie cometida racionalmente, planejada e elaborada. “Quem ainda insiste em afirmar que o acontecido nem foi tão grave assim já está defendendo o que ocorreu, e sem dúvida seria capaz de assistir ou colaborar se tudo acontecesse de novo” (ADORNO, 1995, p.136).

Adorno critica a fundo a capacidade que os homens têm em não enfrentar os problemas de frente, de maneira real, como verdadeiramente aconteceu. Enquanto os problemas não forem enfrentados com coragem e determinação, o perigo que tudo volte a acontecer é iminente.

Como hoje em dia é extremamente limitada a possibilidade de mudar os pressupostos objetivos, isto é, sociais e políticos que geram tais acontecimentos, as tentativas de se contrapor à repetição de Auschwitz são impelidas necessariamente para o lado subjetivo (ADORNO, 1995, p. 121).

Isso quer dizer que de maneira isolada e individual, não é possível mudar a sociedade. Os homens precisam unir forças a fim de mudar essa realidade, pela luta social, fortalecendo a democracia, como expressão da emancipação humana. E que a barbaridade não deve amedrontar as pessoas, que elas busquem identificar os traços de barbárie. Nessa perspectiva Adorno afirma que

É preciso reconhecer os mecanismos que torna as pessoas capazes de cometer tais atos, é preciso revelar tais mecanismos a eles próprios, procurando impedir que se torne novamente capazes de tais atos, na medida em que desperta a consciência geral acerca desses mecanismos (ADORNO, 1995, p.121).

O costume na “Alemanha pós nazista” é procurar a culpa dos assassinatos nas vítimas. Sendo que do mesmo modo que a violência foi contra determinados grupos de pessoas, da próxima vez poderá ser contra quaisquer outros. E para evitar é preciso conscientizar os homens desses mecanismos que possam conduzi-los à barbárie. A educação contra a barbárie, desde a primeira infância à primordial, para evitar que o homem cometa ou tolere a barbárie. Assim, desbarbarizar se constitui na questão mais urgente para a educação, pois o homem precisa ser educado para a emancipação humana e se preparar para a democracia.

Portanto o homem precisa ser emancipado e se conscientizar com o que acontece no mundo. O homem se conscientizando pode identificar o que leva a barbaridade e a evita-la.

## **2.1 O CONCEITO DE EMANCIPAÇÃO NA CONCEPÇÃO DE ADORNO**

A emancipação na concepção de Adorno é a consolidação da democracia e a educação voltada para a emancipação humana, pois “a exigência de emancipação parece ser evidente numa democracia” (Adorno, 1995, p. 169). Adorno se demonstra muito incomodado com as condições sociais opressoras as quais os homens eram submetidos e adaptados. Todas as forças do espírito da época contribuíam para que tudo permanecesse como estava.

O homem se adaptou bem ao modelo de produção capitalista, que se aproveita dos seus desejos impulsivos para mantê-los imersos na falta de autonomia, servindo a um senhor específico, a burguesia. O homem do pós-Segunda Guerra Mundial, mesmo tendo testemunhado o horror dos campos de extermínio se mostra indiferente. A maioria não se preocupa nem se dá conta do perigo que tudo volte a acontecer. Não faz nada para impedir que tal barbaridade volte.

Nesse momento a Alemanha estava passando por uma revolução capitalista, a terceira revolução, a tecnológica. Ou seja, a produção de mercadoria cresceu e surgiu empregos, e as pessoas estavam conformas e satisfeitas com os rumos de aparente desenvolvimento social. Sendo que esse desenvolvimento estava a serviço do capital, e a política, continuava a mesma que propiciou a Segunda Guerra Mundial. A questão é nem o desenvolvimento tecnológico e econômico tirou o homem da condição de bárbaro.

O movimento contra o nazismo se deu por vias “não públicas”, ou seja, não chegou às massas, não se constituiu como uma manifestação popular generalizada. Ao homem alemão do pós-guerra faltava-lhe obstinação, vontade de se constituir, ou seja, de constituir-se como homens dotados de liberdade, para decidir por si só, lutar por melhores condições de vida humana e construir a própria identidade.

Adorno se reporta ao ensaio de Immanuel Kant (1724-1804) intitulado *Resposta à pergunta: o que é o esclarecimento?* para atestar a falta de decisão do homem em fazer uso do entendimento humano da maneira autônoma. Essa maneira de agir, segundo Kant, é a condição de menoridade no qual os homens vivem sobre a tutela de outro. No entanto, a maioridade ou autonomia é o homem fazer uso do esclarecimento livre de tutela. O homem precisa querer fazer uso do entendimento e sair da menoridade e tomar as rédeas do próprio destino.

Essa falta de vontade pode ter explicação. A democracia do pós-Segunda Guerra Mundial foi imposta pelas mãos dos vencedores. Desse modo, não consta da experiência das pessoas que não se sentem representados pela democracia. O desenvolvimento econômico da Alemanha nazista maquiava os horrores da guerra e as pessoas correspondiam aos interesses objetivos daquele desenvolvimento. Havia uma necessidade de identificação com a democracia. Mas tal coisa só seria possível mediante a mentalidade coletiva consciente das circunstâncias em que viviam e que era a mesma que possibilitou a política nazista. Por isso o nazismo constituía-se numa política nacionalista, narcisista, racista e cruel.

As condições sociais da época eram favoráveis para o desenvolvimento individual e para a manutenção de tendência nazista na recém implantada democracia. Aquele autor afirma que “considero a sobrevivência do nacional socialismo na democracia como potencialmente mais ameaçadora do que a sobrevivência de tendências fascistas contra a democracia” (ADORNO, 1995, p. 30). As chances de defesa contra o inimigo são mais favoráveis quando sua presença é explícita. Quando é camuflada, numa aparente política popular, fica mais complicado encontrar as raízes do mal.

Para identificar as raízes do nazismo implícito na democracia é preciso “Elaborar o Passado” de modo que possa ser eliminada qualquer possibilidade que a Alemanha nazista volte a acontecer, erradicando todos os resquícios dessa política racista e cruel e todas as questões do nazismo sejam esclarecidas na mentalidade das pessoas. Enquanto o passado não for elaborado, continuará existindo como uma massa

amorfa. Então a questão mais emergente é esclarecer o que foi e o que constituiu a Alemanha nazista e impedir que volte a acontecer.

“Elaborar o Passado”; significa que é preciso trabalhar a questão da barbárie ocorrida durante a Segunda Guerra Mundial nos mínimos detalhes, conscientizando os homens sobre o nazismo. E desse modo, erradicar quaisquer resquícios da política fascista na democracia.

Enquanto o homem não conseguir se livrar do passado, continuar a viver à sombra do que constituiu tanto horror, e conviver com as constantes ameaças de que tudo volte a acontecer, a emancipação humana não será consolidada.

Em meio a tantas ameaças, não haveria como o homem constituir a própria identidade e manter a paz. É preciso se livrar dos resquícios do passado. Para tanto, é necessário elaborar o passado, não com a finalidade de esquecê-lo ou fingir que nada aconteceu, mas esclarecer as pessoas o que foi a Alemanha nazista.

Para isso, era preciso que os alemães abandonassem a dicotomia e consolidasse a democracia como expressão da emancipação humana. Ou seja, o homem estaria emancipado quando fosse capaz de se reconhecer como pessoa dotada de liberdade, e não poupar esforços para fortalecer a democracia. A democracia é vista como “uma proposta que funciona” (ADORNO, 1995, p. 35). Isso quer dizer que, seria uma forma de “consolar” a massa, lhes oferecendo alguns direitos, os quais não causasse prejuízos a produção industrial.

O homem se adaptou bem ao modelo burguês, servindo ao mesmo com sua força de trabalho. Mas “a democracia não se estabelece a ponto de constar da experiência das pessoas como se fosse delas de modo que elas compreendessem a si mesmo como sendo sujeitos dos próprios processos políticos” (ADORNO, 1995, p.35). Isso indica que a democracia não foi uma conquista própria.

A democracia não “cumpru” com o ideal de igualdade. Tudo continuou como estava e os homens viam a democracia com desconfiança. Nesse sentido o autor em tela afirma que “na Alemanha, ouvimos com frequência dos próprios alemães a estranha afirmativa de que eles não estão maduros para a democracia” (ADORNO, 1995, p. 35).

É o reflexo de uma democracia que se deu atendendo aos interesses burgueses, passando por cima dos interesses da maioria, os coletivos.

Desse modo, o homem não se reconhece como protagonista da sua história, surgindo a desconfiança com o sistema de governo e com a democracia, que não cumprem com a promessa de igualdade. O problema é social e depende da vontade de

cada cidadão em se dispor a colaborar para efetivar e fazer cumprir a proposta da emancipação humana. Mas o homem está calejado, adaptado a esse modelo de sociedade.

O caminho para a emancipação humana, apontado por Adorno é a educação para a emancipação humana, educação contra a barbárie, que em vez de usar a violência contra os outros homens, que a use contra o sistema.

Portanto, o conceito de emancipação humana em Adorno é o homem que pensa e age politicamente. Dentro dos pressupostos de uma democracia, procurando cooperar com os outros homens.

## **2.2 PORQUE O HOMEM PRECISA SER EDUCADO, NA PERSPECTIVA DE ADORNO**

O homem precisa ser educado para evitar a barbárie, para consolidar a democracia, ser emancipado e se tornar homens autônomos. Adorno defende a tese de que desbarbarizar é a questão mais urgente da educação. É a educação contra a barbárie. Ele fica intrigado com o fato de que essa questão ainda não tinha entrado como prioridade para a educação na Alemanha depois da Segunda Guerra Mundial. Naquele país, até então não existia na literatura pedagógica uma tomada de posição sobre educação para emancipação humana. Esse fenômeno de educação não emancipatória, não é só um problema alemão, é mundial, embora a época do esclarecimento já vigorasse há bastante tempo. Aquele autor afirma

Entendo por barbárie algo muito simples, ou seja, que, estando na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas se encontrem atrasadas de um modo peculiarmente disforme em relação a sua própria civilização, - e não apenas por não terem em sua arrasadora maioria experimentado a formação nos termos correspondente ao conceito de civilização, mas também por se encontrarem tomados por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta, um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda essa civilização venha a explodir, aliás, uma tendência eminente que a caracteriza (ADORNO, 1995, p. 155).

O homem está na época do esclarecimento e está em atraso com o seu tempo. Diante de todo o arsenal científico e tecnológico, o homem em vez de viver melhor, procura destruir a si e aos outros homens.

A educação para a emancipação é educação para a contradição e para a resistência, no sentido de educar mostrando aos alunos quais os mecanismos que são utilizados para enganá-los. Adorno enfatiza esse argumento com exemplos como: Levar os alunos a filmes comerciais mostrando as falsidades que induzem o consumo por vezes desnecessário; fazer uma análise dos programas matinais que aos domingos são tocadas músicas alegres, como se vivêssemos num ‘mundo feliz’, embora o horror esteja por toda parte; ou ler junto com os alunos anúncios em revistas ilustradas, mostrando como são engados pelas próprias necessidades impulsivas.

Esse educar para a contradição seria educar na contramão da produção da indústria e contra os interesses do capital. Educar nos moldes do capital, mas fazendo o cominho inverso. Assim procedendo, resultaria num enorme conflito com a indústria cinematográfica tão importante para o capital.

Mas para onde a educação deve conduzir? Essa pergunta permeia umas das conversas de Adorno com seu parceiro Becker, no texto intitulado “*Educação e Emancipação*”. O objetivo educacional é a crítica aos modelos ideais. O modelo ideal é heteronímia, pois é imposto a partir do exterior. A educação para modelos ideais, “encontra-se em contradição com a ideia de um homem autônomo, emancipado, conforme a formulação definida por Kant na exigência de que os homens tenham que se libertar de sua auto- inculpável menoridade” (ADORNO, 1995, p. 141). Ninguém tem o direito de decidir a orientação educacional das outras pessoas decidindo por eles onde deve chegar. Ou seja, onde deseja que cheguem. A esse respeito Adorno afirma que

Evidentemente não a assim chamada modelagem de pessoas a partir de seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais que destacada, mas *a produção de uma consciência verdadeira*” (ADORNO, 1995, p. 141).

A produção de uma consciência verdadeira é muito importante para a formação política dos homens. Uma democracia, para funcionar dentro dos seus pressupostos precisa de homens emancipados. Os homens devem ter consciência de seu papel social como cidadãos, pois dentro de uma democracia, quem não defende a emancipação humana é considerado um antidemocrata. Uma democracia demanda pessoas emancipadas. A apreensão de ideias exteriores não é característica de consciência verdadeira. Ser contrário as exterioridades de todas as espécies, sejam políticas, sociais ou econômicas são imprescindíveis para uma democracia.

A educação para a democracia ou para a emancipação humana, tem muitos desafios e se depara com paradoxos que parecem insuperáveis. Segundo Adorno, a prática educacional é superada pela pressão social, que causa o obscurecimento da mente pelo existente. E falar em educação para a emancipação, sem levar em consideração esse fator é ser idealista.

A emancipação é o mesmo que conscientização e racionalidade. Mas a educação precisa preparar o homem para viver no mundo. E seria ideológica se não levasse em consideração o fator da adaptação. O homem vive a realidade e precisa se preparar para viver na realidade. A organização do mundo é ideológica, e o homem tem que conhecer e saber em que se sustenta a ideologia.

A adaptação não significa produzir pessoas ajustadas. Assim, “nestes termos, desde o início existe no conceito de educação para a consciência e para a racionalidade uma ambiguidade. Tal não seja possível superá-la no existente, mas certamente não podemos nos desviar dela” (ADORNO, 1995, p. 143-144).

Esses fatores reais, são difíceis de serem superados e educar para a adaptação e para a resistência é complicado. Mais que encontrar nesse plano dialético um ponto de equilíbrio é criar rupturas e ter consciência dessas rupturas entre a teoria e a prática.

O adaptar-se está no sentido de viver na realidade e resistir é se constituir como indivíduo. A partir do momento em que o homem se constitui pelo outro, enfraquece o eu, o indivíduo.

Uma questão bastante relevante para Adorno é a inaptidão dos homens à experiência. A inaptidão à experiência decorre da resistência dos homens. A maioria não gosta do diferente, do que ajusta. É mais cômodo viver na zona de conforto do que se aventurar no desconhecido. A experiência aqui é identificada como uma capacidade intelectual profunda. E a educação para a experiência é o mesmo que educação para a emancipação, pois “a educação para a experiência é idêntica a educação para a emancipação” (ADORNO, 1995, p. 151). É importante que algo seja feito para reanimar o homem para a aptidão a experiência.

Portanto, é depositada na educação, toda a possibilidade de evitar que o homem se torne bárbaro. É por meio da educação que o homem pode ser emancipado e se tornar autônomo e consolidar a democracia. O homem só se tornará emancipado numa democracia.

### 3 O HOMEM NA PERSPECTIVA DE IVO TONET

Toda a investigação de Ivo Tonet sobre o homem como ser social, parte da perspectiva ontológica, método inaugurado por Karl Marx (1818-1883), que se ocupa da condição material da existência humana. São casos reais, homens reais, pois trata-se da maneira como os homens produzem os bens necessários para suprir suas carências e da forma como os homens se relacionam na sociedade, com a natureza e uns com os outros. Assim, o trabalho é o ato fundante de todas as realizações humanas e é pelo trabalho que o homem se constitui a si e a forma de sociabilidade.

A perspectiva ontológica de Marx é exposta por Tonet como a síntese entre as duas perspectivas metodológicas: a objetividade e a subjetividade e, ambas, tratam de maneira individual, a ordem do mundo e cindem o que tem de mais fundamental na compreensão de ser social, separando a consciência e realidade. A síntese dessas duas perspectivas encontradas por Marx é a práxis humana, que deve ser entendida como o processo de autoconstrução humana, realizando-se no trabalho, que o homem exerce de maneira consciente.

A perspectiva de mundo grego-medieval era objetividade, ou seja, concepção de que o mundo era uma construção anterior e exterior ao homem. A concepção inaugurada pela modernidade é a perspectiva da subjetividade, na qual o mundo era criado pelo homem racional. Marx inaugura uma perspectiva completamente nova, pois resgata a objetividade, não na concepção pura grego-medieval, mas de maneira elevada. Ou seja, uma perspectiva que é a síntese da objetividade e da subjetividade. Essa síntese é a práxis humana que supera a unilateralidade das concepções anteriores.

A práxis humana por sua vez, é a atividade real dos homens reais. Ela é o princípio, segundo Marx, que confere unidade entre o idealismo e o materialismo. Para Tonet o

Espírito e matéria, consciência e realidade, subjetividade e objetividade são dois momentos que constitui dois momentos que constitui uma unidade indissolúvel. E a práxis é esta atividade mediadora que faz com que da determinação recíproca destes dois momentos se origine a totalidade do ser social (TONET, 2005, p. 32).

A práxis humana dá conta da totalidade do ser e da realidade. Desse modo, a realidade é capturada de maneira real, concreta, que pode ser apreendido de maneira

absoluta. A realidade é objetivação, ou seja, é fruto de quem conhece e faz, o ser social. A investigação sobre o ser social parte de pressupostos reais, os homens, em seu processo de desenvolvimento real ‘empiricamente verificáveis’ no sentido empírico ontológico, seja deles mesmo e de sua relação com o meio e com se próprios. Tonet afirma que

Trata-se, pois, para Marx, de partir não de ideias, especulações ou fantasias, mas de fatos reais, ‘empiricamente verificáveis’, no caso os indivíduos concretos, o que eles fazem as relações que estabelecem entre si a as suas condições reais de existência, para então apreender as determinações essenciais que caracterizam este tipo de ser e o seu processo de reprodução (TONET, 2005, p. 33).

O ponto de partida, para esse estudo da realidade, segundo Marx, são os indivíduos, pois

Para Marx, aquilo que de mais imediato aparece: indivíduos, reais e ativos, que se encontra em determinadas condições de materiais de vida, condições estas, por sua vez, que já são o resultado da atividade passada de outros indivíduos e que continua a ser modificadas pela atividade presentes. Indivíduos cujo primeiro ato, imposto pela necessidade de sobrevivência, é a transformação da natureza, ou seja, o trabalho (TONET, 2005, p. 33).

O trabalho é entendido como a atividade humana por excelência. O intercâmbio do homem com a natureza é complexo, pois sendo o homem um ser social ativo, do mesmo modo que faz parte da natureza, age sobre ela e a modifica pelo trabalho. Desse modo, o trabalho é a atividade que faz do homem um ser além de natural, humano. Assim, é pelo trabalho que o homem constrói a si e a sociedade em que vive, ou seja, a autoconstrução humana.

Quando o homem modifica a natureza por força de suas necessidades vitais, ele constitui a si mesmo se tornando um ser para si. E nesse processo os homens se inter-relacionam com os demais seres humanos. Desse modo, o homem se firma como indivíduo pertencente ao gênero humano. Ao longo do tempo o homem vai aperfeiçoando a maneira de produzir à medida que se desenvolve. Ou seja, vai acumulando conhecimento, desenvolvendo novas técnicas, junto ao processo de continuidade e ruptura com a natureza. É o devir humano que permite a mobilização do homem, do fazer-se homem, da construção do homem pelo homem, do ir sendo humano.

Na articulação do homem com a natureza surge a dúvida de como evitar a justaposição do social com o natural. Nesse sentido, “para Marx o que permite fazer esta articulação é o trabalho” (TONET, 2005, p. 34). O trabalho permite a mediação entre o social e o natural, preservando a especificidade de cada um, e a unidade indissolúvel entre ambos. A sociedade é o resultado progressivo dessa mediação. O trabalho realizado pelos homens, de maneira consciente, possibilita a capacidade de generalização, que vai além das necessidades imediatas. Ou seja, que por meio da consciência e da vontade, o homem cria fins próprios, para sua atividade produtiva. Essa característica é essencial a liberdade humana, embora subordinada as determinações concretas, ou seja, um produto do sujeito ancorado na objetividade. Mas essa dependência do social ao natural vai diminuindo a maneira que o homem se desenvolve progressivamente.

A importância de enfatizar o trabalho na construção do ser social, é que o trabalho é seu “ato originário”, mas não quer dizer que o trabalho esgota o ser social. Por isso “Marx não reduz o homem ao trabalho, nem afirma que o trabalho é o elemento que determina inteiramente a vida humana” (TONET, 2005, p. 40). Se o trabalho for entendido de maneira contrária, deixa sua base ontológica, para ser colocada de maneira abstrata, que o reduz ao valor da mercadoria, contrariando a perspectiva ontológica de Marx. György Lukács (1885-1971), segundo Tonet, se remete a questão do não esgotamento do homem no trabalho e indica que o ato do trabalho impulsiona para além dele mesmo. Pois a partir do trabalho o homem se torna mais exigente e complexo, surgindo outras dimensões da atividade humana, a linguagem, a educação, a arte, a economia etc. Para manter as especificidades dessas atividades, é necessário que mantenha distância com o trabalho, embora tenha uma dependência ontológica com o mesmo.

A historicidade do ser social, que segundo Tonet, na perspectiva marxiana, é radicalmente histórico. Pois, “Marx [...] ao capturar a natureza essencial do processo social, constata que este é, ao mesmo tempo, uno e múltiplo, permanente e mutável, embora radicalmente histórico” (TONET, 2005, p. 44). A questão abordada dessa maneira rompe com os mal-entendidos, de dualidade essência/fenômeno decorrente das concepções grego-medieval-moderna e do neopositivismo. Assim, “para Marx, o ser social seria um complexo indissolúvel de essência e fenômeno, ambos resultantes do processo histórico” (TONET, 2005, p. 44). Essa é uma perspectiva ontológica que dá unidade ao ser social e permite falar em gênero humano, que participa do mesmo

processo histórico. Ou seja, a autoconstrução humana sendo “o homem um ser ativo, ou seja, um homem que conhece e faz” (TONET, 2005, p. 22).

A historicidade, numa construção adiante, vai nos ajudar a caracterizar o tipo de sociedade, e a relação dos homens com a sociedade, e com os outros homens.

Portanto, toda essa fundamentação ontológica começa na práxis humana e o trabalho é realizado pelo homem e para homem, tendo como objetivo explicitar a autoconstrução humana e as circunstâncias em que essa atividade dá suporte para a produção nesses termos. Ou seja, de que a atividade que tem por excelência a constituição de pessoas livres, a construção do homem pelo homem, que produz para si e os constitui como pessoa humana, realizando o trabalho de maneira planejada e consciente para fins humanos.

Quando o trabalho é realizado de maneira alheia a necessidade humana, como no caso de atender ao mercado e ao comércio, a atividade que humaniza, desumaniza, tanto a produção como a quem produz.

No próximo ponto e a partir desses pressupostos, abordaremos as duas perspectivas sociais: emancipação política e emancipação humana.

### **3.1 O CONCEITO DE EMANCIPAÇÃO HUMANA NA CONCEPÇÃO DE TONET**

Antes de expor o conceito de emancipação humana de Marx, Tonet, nos apresenta o que é contraditório a essa concepção de sociedade, as ideias dos liberais e da esquerda democrática, quanto a cidadania. Desfaz o mal-entendido que iguala cidadania a emancipação humana. A posição de Marx, da emancipação política, tanto seu aspecto positivo, quanto negativo, o problema da cidadania moderna, e sua origem na sociedade capitalista.

São os elementos econômicos da sociedade capitalista que a fundamentam e os políticos que a sustentam. A alienação na sociedade capitalista descaracteriza o homem no que ele tem de essencial, mas é o trabalho que o torna humano. Por isso, é inviável articular educação e cidadania. Assim, torna-se impossível a construção de uma comunidade plenamente humana na sociedade capitalista. Em seguida, Tonet nos apresenta o que seria uma sociedade emancipada, quais os elementos que a fundamentam e lhe dão suporte, o trabalho associado e o homem livre, dentro de suas possibilidades, ou seja, depois de supridas todas as necessidades e carências.

### 3.1.1 Emancipação Política na Sociedade Capitalista

A cidadania é entendida por Marx como emancipação política. A emancipação política tem origem na modernidade, sob a regência da sociedade capitalista. Marx faz uma crítica a cidadania, não no sentido de desqualificar, mas de desconstruir alguns equívocos dos liberais e da esquerda democrática ao confundir e igualar cidadania e emancipação Humana. Aponta os limites da cidadania na construção de uma sociedade plenamente emancipada, bem como os equívocos de uma educação cidadã na construção de uma sociedade mais humana.

Os liberais, tanto clássicos como contemporâneos, tem “como pressuposto o indivíduo autocentrado (egoísta) como unidade social última e irreduzível” (TONET, 2005, p.51). E que o ato fundante da sociabilidade é a dimensão jurídico-política, sendo, a política e o direito, conquistas intransponíveis. Desse modo, “ser cidadão é, pois, ser membro de uma comunidade jurídica e politicamente organizada, que tem como fiador o Estado, no interior do qual o indivíduo passa a ter direitos e deveres” (TONET, 2005, p.51).

A esquerda democrática, de um modo geral, defende a possibilidade da democracia e a cidadania, se sobrepôr ao capital, por ser resultado da luta dos trabalhadores. Assim, “a esquerda democrática entende que, por haver uma contradição entre o capital e a cidadania e a democracia, estas só podem realizar-se em sua plenitude com a erradicação do capital” (TONET, 2005, p. 53). Seria uma cidadania socialista.

A cidadania moderna é entendida por Marx, como emancipação política e a política, para aquele autor, tem um caráter essencialmente negativo. Primeiro por ter sua origem na sociedade capitalista, sustentando e garantindo o interesse de propriedade. E em segundo lugar por ser, “expressão da alienação”, que consiste em um entrave a autoconstrução humana. Para Tonet

É o acréscimo da produtividade que leva ao surgimento da divisão do trabalho, isto é, à apropriação, por parte de alguns, da força de trabalho coletivo a apropriação particular do produto do trabalho, a propriedade privada. Aí têm origem as classes sociais e os antagonismos insuprimíveis entre proprietários e não proprietários, entre interesse particular e o interesse coletivo. Como consequência, a necessidade do Estado, com todo o seu aparato jurídico-político, com a finalidade primordial de defender a propriedade privada (TONET, 2005, p. 57).

Todas essas características são da sociedade capitalista, cuja política é uma força social e sua função primordial é garantir os interesses da propriedade privada.

Mas, a política possui alguns pontos positivos e isso é um avanço no amadurecimento do ser social, um obstáculo ao poder arbitrário do Estado, pois impede que os homens se matem. Todos esses aspectos positivos da política são reconhecidos, por Marx.

Segundo Tonet, a concepção de cidadania moderna, defendida por Marx é contrária a concepção tanto dos liberais, quanto da esquerda democrática, enquanto para ambas a cidadania nada tem a ver com a economia, pois, “na ótica marxiana, a compreensão da identificação da cidadania moderna é inseparável, não apenas em termos cronológicos, mas em termos ontológicos, da entificação da sociabilidade capitalista” (TONET, 2005, p. 59).

A sociedade capitalista aprofunda a desigualdade social, a divisão social do trabalho, a alienação, a opressão de uma classe sobre a outra. Os valores dessa sociedade são a mercadoria, o lucro e o trabalho até o esgotamento físico, gerando homens oprimidos e infelizes. A liberdade nesse tipo de relação é a da concepção liberal, da livre iniciativa do indivíduo autocentrado e egoísta.

Nas concepções progressistas e da esquerda democrática, a liberdade está na luta por direitos, por melhorias dentro desse sistema até a superação do capital.

A economia é o fundamento ontológico de ser social e, fundamenta a forma de sociabilidade. O tipo de relação estabelecida na produção, define se é uma atividade livre, que possibilita a autoconstrução humana, ou se é alienada e determina o homem. Ou seja, o que define a sociabilidade, são as relações, que os homens estabelecem, entre o intercâmbio com a natureza e como o gênero humano. Na sociabilidade capitalista, o seu “ato ontológico fundante é a compra e venda da força de trabalho” (TONET, 2005, p. 59).

A forma de produção, constituinte da sociedade capitalista é o trabalho assalariado e a propriedade privada, cuja relação é de total dependência e de opressão social. Assim, a alienação na sociedade capitalista é um entrave na autoconstrução humana. Por isto, a alienação “consiste essencialmente em força social objetivada que se torna um poder estranho e hostil aos homens, passando a dominar a vida destes e, deste modo, a transformar-se em obstáculo à sua construção como seres plenamente humanos” (TONET, 2005, p. 58). Essa força social se agrava com a relação

capital/trabalho, com a compra e venda da força de trabalho, pois cinde o que é mais essencial no ser humano, à unidade entre o indivíduo e o gênero. Essa unidade se realiza no trabalho, na produção de bens pelo indivíduo, que forma o patrimônio do gênero humano. Por isso, o trabalho alienado não humaniza, mas desumaniza o homem.

Em síntese, o que Marx afirma é que, nesta forma de trabalho, o trabalhador é expropriado da sua essência humana, porém não no sentido de desapropriá-lo de algo pronto e acabado, mas de impedi-lo de realizar, por intermédio da apropriação da riqueza socialmente produzida, as suas potencialidades especificamente humanas (TONET, 2005, p. 65).

O trabalho é o ato fundante do ser social e o que permite o salto ontológico é o ato que humaniza o homem. Mas quando o trabalho não é mais objetivação do homem, se torna uma atividade que descaracteriza o homem. O produto do trabalho se separa do homem, o processo de produção, não é livre e consciente, é dependente. São esses aspectos que caracterizam a alienação, que interrompe o processo de tornar-se homem do homem.

Tendo em vista todas essas características da sociedade capitalista, cujo ato fundante é a compra e venda de força de trabalho e “que cidadania implica a participação numa comunidade política, no interior da qual o indivíduo goza de alguns direitos, [...] ela tem sua origem no ato fundante da sociabilidade capitalista” (TONET, 2005, p. 70).

A origem ontológica da cidadania, - compra e venda de força de trabalho- resulta na produção de mercadoria. Portanto, a cidadania está limitada a essa sociabilidade que não consegue ultrapassá-la. Ou seja, se resume a concessão de direitos. A articulação da cidadania com educação é um engano. Para Tonet

Em resumo, a comunidade política, da qual o cidadão é momento essencial, não é e nem poderá ser uma comunidade real, efetiva, porque no solo social que lhe deu origem as relações entre os homens não são de união, mas de oposição, não são de mútuo enriquecimento, mas de mútua desapropriação. E se, de algum modo, alguma união existe entre eles, ou é como uma imposição jurídico-política, ou como uma reação alienada (solidariedade, assistência, ‘campanhas de fraternidade’) ou, ainda, como resistência e como luta tendo em vista a construção de uma comunidade humana” (TONET, 2005, p. 75-76).

Sendo assim, Tonet segue na mesma direção ao afirmar que

(...) parece óbvio que articular educação com cidadania, tomando esta última como espaço indefinidamente aperfeiçoável e, portanto, como espaço no interior do qual a humanidade poderá construir-se como uma comunidade autenticamente humana, é um equívoco (TONET, 2005, p. 76).

Segundo Tonet, aqui não é descartada a boa intenção da ideia de uma educação cidadã, o equívoco está no sentido de que a natureza da cidadania, que consiste numa comunidade política, formar cidadão não passa de formar pessoas adaptadas ao sistema, preparada para ser membro de uma comunidade, se efetivar na consciência de viver numa comunidade, que tem direitos e deveres e, como membro, deve lutar para preservar e ampliar esses direitos. Nada mais além do que aceitar as regras do jogo.

Portanto, entender emancipação humana como cidadania é confundir emancipação humana com e emancipação política. Um homem que integra a comunidade política, não é um homem na sua integridade, ele não passa de membro dessa comunidade. Os pressupostos “revolucionários”, ou melhor, de conquistas expressas no conceito de cidadania, não deixa de ser um avanço, ou uma mediação para um horizonte maior, mas não como o horizonte maior.

### **3.1.2 Emancipação Humana no Comunismo**

A emancipação humana é entendida por Marx, como uma forma de sociabilidade o mais livre possível, e que nunca existiu. E só poderá ser efetivada, numa sociedade para além do capital. Ou seja, emancipação humana é o mesmo que comunismo, sociedade sem classe. Nessa nova forma de sociabilidade, o ato fundante é o trabalho associado.

Tonet nos alerta quanto às deformações ocorridas ao longo da história dessa concepção de sociedade, mas seu objetivo é alertar sobre

(...) qual o significado dessa categoria, vale dizer, qual seu ato fundante; qual a sua natureza; quais as relações desse ato fundante com as outras dimensões sociais; como se dará a relação entre o indivíduo e a comunidade; qual a relação entre o que Marx chama de ‘*reino da necessidade*’ e ‘*reino da liberdade*’; qual o sentido da liberdade nesta forma de sociabilidade e quais suas relações com a categoria da igualdade; quais as condições de possibilidade para que ela se realize; porque ela é uma alternativa possível e não meramente especulativa e, enfim por que ela representa a melhor alternativa para a humanidade (TONET, 2005, p. 81-82, grifos do autor).

O ato fundante é o trabalho associado que permite a autoconstrução humana, a formação do homem pelo homem, a autonomia do ser social se constitui e se desenvolve. Ou seja, tem a ver com a totalidade das atividades humanas, na maneira como os homens produzem e, para que fins. Tonet afirma que

o trabalho associado pode ser, inicialmente, definido como aquele tipo de relações que os homens estabelecem entre si na produção material e na qual eles põem em comum as suas forças e detêm o controle do processo na sua integralidade, ou seja, desde a produção, passando pela distribuição até o consumo (TONET, 2005, p. 83).

Nessa concepção de trabalho, o fim é sempre humano e são as forças dos indivíduos, postas em comum, num trabalho coletivo. Isto significa que as forças sociais são postas em comum, livre e conscientemente, e que os produtores têm controle livre e consciente da produção. Assim, “este trabalho emancipado é certamente muito mais livre do que qualquer outra forma de trabalho, porque é uma atividade onde o homem tem o domínio consciente; porque nela se sente bem, se realiza positivamente” (TONET, 2005, p. 89). O homem tem o domínio da produção, da distribuição e do consumo e o trabalho deve ser realizado por todos os homens, de maneira que ninguém seja explorado por outro.

O ato de trabalho é um complexo e envolve a relação do homem com a natureza e com os outros homens. É justamente essa relação que os homens estabelecem, que caracteriza o tipo de trabalho e a forma de sociabilidade. Enquanto o trabalho em qualquer outra forma seja a escravista ou a assalariado, não são livres, são dominadas por uma força hostil e alheia aos homens. No trabalho associado, a atividade produtiva é livre por ser resultado da soma da força social, colocada em comum de maneira livre e consciente, consistindo em uma forma de produção mais livre.

Por isso a liberdade só é possível mediante essa forma de trabalho. É o que Marx denomina de ‘*reino da necessidade*’ e o ‘*reino da liberdade*’.

O reino da liberdade só começa ali onde termina o trabalho imposto pela necessidade e pela coerção de fins externos; situa-se, pois, por sua própria natureza, para além da produção material propriamente dita. (...) A liberdade, neste terreno, só pode consistir em que o homem social, os produtores associados, regulem racionalmente este seu intercâmbio material com a natureza, coloquem-no sob o seu controle comum em vez de deixa-se dominar por ele como um poder cego e o realize com o menor dispêndio possível de forças e nas condições o mais digna de sua natureza humana. No entanto, com tudo isso, este continuará sempre um reino da necessidade. Do outro

lado de suas fronteiras começa o desdobrar-se das forças humanas considerado como fim em si, verdadeiro reino da liberdade que, no entanto, só pode florescer tomando como base aquele reino da necessidade. A condição fundamental para ele é a redução da jornada de trabalho” (Marx, 1974, p. 942, apud Tonet, 2005, p. 87).

Para Marx, o trabalho é *‘uma condição eterna da existência humana’* e sem trabalho não existe o humano. O trabalho condiciona o homem, e ele, o homem, é fruto do trabalho, e o trabalho é parte essencial do homem, mas antes do homem ser condicionado ao trabalho ele é condicionado pelas necessidades e precisa supri-las a qualquer custo. Sendo assim, Marx propõe que essa atividade se torne a mais agradável possível, e não seja sinônimo de perecimento e exaustão como ocorre até então. Ou seja, que o trabalho possa libertar os homens, fazendo com que trabalhem de maneira igual.

O grande desafio é superar a emancipação política e, constituir a emancipação humana, que é a forma de sociabilidade superior. Sendo assim, Tonet afirma que

a economia é o fundamento ontológico do ser social. Uma determinada forma de trabalho, ou seja, uma determinada forma de relação que os homens estabelecem entre si na produção é a base insuprível para toda uma determinada forma de sociabilidade (TONET, 2005, p.89).

Sendo a economia o fundamento ontológico da sociedade, a possibilidade de mudar a forma de sociabilidade, é estabelecer uma relação nova na produção material. Para a edificação da emancipação humana é necessário, apropriação social emancipada dos meios de produção. Mas é preciso nos ater aos detalhes da passagem da forma de trabalho capitalista, para a socialista. Para Tonet

a apropriação, no sentido marxiano, é um momento indissolúvelmente conectado com a objetivação. Vale dizer, apropriação social (emancipada) significa a assimilação da multivariada riqueza produzida pela humanidade, ao mesmo tempo em que a expressão multilateral do indivíduo como consequência necessária (TONET, 2005, p. 90).

O fator principal é a superação da propriedade privada, a apropriação pelos produtores dos meios de produção de forma livre e consciente. Para isso é preciso que o ser social amadurecido, dê conta de todo patrimônio cultural da humanidade. O seja, a relação de todas as esferas da atividade humana, de todo o desenvolvimento técnico e

científico. Isso significa que não é apenas mudar as bases econômicas e a apropriação política e jurídica dos meios de produção. É algo que vai além. A objetivação consiste em que os homens conheçam todas as etapas da produção econômica, desde o planejamento até a produção final, de modo que não haja subordinação no processo da produção material. Tudo isso somado ao esforço mútuo de todos os homens. Pois para Tonet

Aqui vale o que já dissemos a respeito do trabalho protótipo de toda atividade humana: objetividade e subjetividade são dois momentos, ontologicamente equivalentes, inconfundíveis, de uma mesma unidade. No processo do devir humano, o polo da objetividade sempre tem o primado ontológico (TONET, 2005, p. 92).

O trabalho associado não é possível de maneira unilateral, com ênfase na subjetividade ou na objetividade, pois são dois polos que se efetivam na unidade. Mas entre a subjetividade e a objetividade, essa última é a realidade material que deve guiar as ações da subjetividade. Ambos são momentos ontológicos por serem reais, assim como a realidades e os homens são reais. O próprio ser humano é um complexo de subjetividade e objetividade, suas ações na produção da sua subsistência não poderiam ser diferentes, já que os homens se fazem na relação com os outros, dentro do processo de produção material.

As condições e possibilidades para a emancipação humana estão na base material, favoráveis a manutenção das necessidades de todos os indivíduos. Para isso é preciso um grau de desenvolvimento elevado das forças produtivas. “Somente a produção de riqueza em grande escala, capaz de satisfazer as múltiplas necessidades humanas e o acesso a ela podem permitir ao homem ser livre, ou seja, não ser dominado por essas carências” (TONET, 2005, p. 101). A liberdade só pode começar quando não existe carência de espécie alguma, e o mínimo de esforço possível para a realização das tarefas necessárias para a produção.

O alto grau de desenvolvimento, das forças produtivas, está presente na sociedade capitalista, mas de maneira alienada, tornando o produto do trabalho e o próprio trabalhador obsoleto. Isso em prol do desenvolvimento do capital, não atende as necessidades dos homens. Mas “imagine-se o que poderá acontecer numa forma de sociabilidade em que se dê livre curso à criatividade de milhões de pessoas, em condições materiais propícias e sem o entrave de relações sociais perversas” (TONET, 2005, p. 101). Vai acontecer o verdadeiro ‘*reino da liberdade*’, onde o homem vai obter

os bens necessários para sobreviver e sem ter sua força de trabalho levadas a exaustão, e a diminuição do tempo de trabalho.

Mas além de suprir as necessidades materiais e diminuir o tempo de trabalho é necessário o desenvolvimento universal de todos os indivíduos. “Para Marx, a riqueza do indivíduo é a riqueza das suas relações, será fácil concluir que esta riqueza será tanto maior quanto mais amplas forem as suas relações” (TONET, 2005, p. 104). A isso importa que os indivíduos dominem todas as objetivações, que faz parte o patrimônio da humanidade.

Sendo assim, desenvolvimento da força produtiva é um complexo de desenvolvimento material e também espiritual, já que envolve todos os aspectos da vida humana.

Dentro desse contexto de emancipação não tem espaço para a propriedade privada. A propriedade privada dá a ilusão de riqueza, que não existe de fato, já que a maioria da humanidade está excluída. O modelo de sociedade, pautado nessa lógica está sempre se desenvolvendo e se reinventando, tornando tudo a sua volta, obsoleto. Ou seja, o que prevalece é sempre o capital e o homem, o trabalhador torna-se um bem que pode ser facilmente substituído e a mercadoria um bem cada vez menos durável, pois logo está ultrapassado, ou a vida útil é muito curta, precisando de substituição sempre.

### **3.2 PORQUE O HOMEM PRECISA SER EDUCADO, NA PERSPECTIVA DE TONET**

O homem precisa ser educado porque não nasce pronto, pois os conhecimentos e habilidades necessários não lhes são passados geneticamente, diferentemente dos animais cujas habilidades são instintivas e faz parte do desenvolvimento natural e de fácil assimilação. Ao homem é necessário que ele se torne parte do gênero humano, e não um simples membro do grupo no caso dos animais. Tonet (2005, p. 136) afirma que

o homem, ao contrário dos animais, não nasce ‘sabendo’ o que deve fazer para dar continuidade à sua existência e da espécie. Deve receber este cabedal de instrumentos através de outros indivíduos que já estão de posse deles.

O homem torna-se parte do gênero humano, quando se apodera de todo arsenal produzido até então. A parti do momento em que o homem conhece o que foi

produzido, vai construindo a própria história e evoluindo o gênero humano. Tonet (2005, p. 137) informa que “trata-se de neste processo de apropriar-se do que já existe de, ao mesmo tempo, recriá-lo e renová-lo, configurando, com isso, o próprio indivíduo em sua especificidade”. Significa que essa apropriação é ativa. Nesse processo é levado em conta o indivíduo em sua particularidade e o universal com todo o aparato histórico e cultural. Não existe gênero humano sem o homem particular, nem o homem particular sem o gênero humano.

Certo de que a função específica da educação, é de conduzir o homem no processo do conhecimento humano, ou seja, do patrimônio cultural da humanidade e continuar evoluindo. O homem deve ser preparado, por meio da prática educativa, para enfrentar os desafios e situações novas que vão surgindo. E a medida que o homem se instrui, tem a possibilidade de concretizar uma sociedade para além do capital, que mantém a produção histórico e cultural engessada na produção e reprodução do capital.

Na análise da situação atual, necessária antes de fazer referência a atividade educativa emancipadora, percebe-se quanto é difícil falar e pôr em prática uma atividade que vá de encontro com os ideais da sociedade de classe. Pensar fora dos parâmetros postos, e postular outros com respaldo em outra forma de sociabilidade, é desafiador. Tudo parece conspirar a seu avesso, na continuidade, no desenvolvimento social imbricado na sociedade capitalista.

A análise do momento atual deixa fortes impressões, de que não existe muito o que fazer para uma sociedade emancipada. Essas impressões dão vida a formulações para a prática educativa, com pouco ou quase nenhum embasamento teórico, ou em teorias que pouco ou nada tem a contribuir com uma prática educativa revolucionária.

As formulações que decorrem das impressões de impossibilidade de se consolidar relações sociais novas, consistem nas formulações progressistas, que dão respaldo a teorias idealistas e práticas imediatistas. As idealistas são as chamadas “receitas prontas”, que na perspectiva de Tonet

a educação emancipadora deve ser humanista, crítica, participativa, integral, etc; as relações entre educador e o educando devem ser de tal ou qual natureza; o currículo, os programas, os métodos, etc; devem ser desta ou daquela ordem (TONET, 2005, p. 129).

Esses programas prontos visam ditar, como deve ser a prática educativa, e a relação no processo educativo. Essas “receitas prontas” são ancoradas em teorias

frágeis, sem embasamento com a realidade social. Nesse sentido, Tonet afirma que uma atividade educativa visando a “formação cidadã”, “ética”, “preparação para o mundo do trabalho”, é, nada mais que uma prática para atender a demanda do Estado e da sociedade capitalista e se distanciando muito de uma prática para a emancipação.

As formulações da prática imediatista, essa sem teoria alguma, estão baseadas na vontade e na subjetividade de quem não deseja uma sociedade melhor. O que torna a situação ainda mais grave é que todas essas práticas serem inconsistentes e não levarem a lugar algum.

Outro fator recorrente e que também decorre dessas impressões é a articulação da educação com a cidadania. Coisa que Tonet não vê problema algum, se essa for tomada como meio e não como o fim para a emancipação. O problema consiste em que essa relação da educação com a cidadania é colocada como solução para diminuir as diferenças sociais e nunca de acabar com elas.

Tonet defende uma prática educativa emancipadora, ancorada em boas teorias, baseada na “estrutura ontológica do ser social”, e na origem histórica ontológica da educação. A estrutura ontológica do ser social, como já se sabe é o processo de tornar-se homem do homem. A estrutura histórica ontológica da educação é processo de assimilação dos conhecimentos e habilidades, necessária ao processo de tornar-se homem do homem. A educação no modelo que temos hoje surgiu, da necessidade de transmitir aos mais jovens os conhecimentos necessários para continuar se desenvolvendo, no processo de tornar-se homem do homem. Esse processo se constitui pelo trabalho e a educação contribui com a prática educativa instruindo o homem, para que realize o trabalho.

Além desse objetivo que é a origem histórica ontológica da educação, a educação, deve ser pensada no momento atual com o intuito de mediar as ações dos homens para a emancipação humana. Mesmo em meio a toda a situação de deflagração social que a humanidade vem passando. Situação, no mínimo contraditória, tendo em vista os avanços científicos e tecnológicos, que são suficientes para formar uma sociedade, ancorada em relações social mais justa, quer dizer, as condições materiais existem, falta à consciência revolucionária.

Para articular uma prática educativa emancipatória, além da construção teórica, que fica a cargo dos intelectuais, Tonet enumera cinco requisitos para uma educação emancipatória.

O primeiro deles é a definição da finalidade do objetivo que se deseja alcançar com a prática educativa, no nosso caso aqui a emancipação humana. O conhecimento desse conceito-emancipação, o mais profundo possível, é extremamente necessário tendo em vista a toda deformação que esse conceito sofreu, ao longo da história. A realidade social e experiencial, que dificulta muito a compreensão desse conceito. Para desfazer o mal-entendido, Tonet (2005, p. 147) afirma que “trata-se de fundar as convicções na racionalidade do trabalho (ontologicamente entendido), o que significa, no processo social como totalidade matrizada pelo trabalho, na medida em que este é a raiz de uma sociedade verdadeiramente livre”.

O segundo requisito é conhecer o processo social em curso, o mais profundo possível, pois não se pode fazer formulações ou mudar alguma coisa antes que essa seja conhecida. Esse conhecimento deve ser de base ontológica, que leva em conta a matriz do ser social, a produção material. Isso quer dizer que é necessário conhecer como os fatos acontecem, quais as crises do sistema capitalista, como o homem é atingido e como reage diante delas. A ação educativa para a emancipação humana só será eficaz se ancorada no conhecimento ontológico, que tem um grande alcance e dá conta tanto da totalidade, como particular, pois, leva em conta o homem em sua particularidade e o universal, o processo social e o processo de autoconstrução humana.

O terceiro é o conhecimento da especificidade essencial da atividade educativa, para emancipação humana, para garantir o cumprimento da função específica da educação no processo de emancipação. Por isso o conceito de educação ter fundamento ontológico.

O quarto requisito é a necessidade de apropriação o mais amplo possível de todas as áreas do conhecimento humano. A prática educativa emancipatória, deve apropriar-se do conhecimento e habilidades de todas as áreas de atuação humana. Isso implica que o educador emancipador, é aquele que domina bem o conteúdo específico de sua área, e o articula com a prática social. A emancipação humana significa a apropriação de todo o conhecimento produzido pela humanidade.

E o quinto é a articulação da especificidade da educação com as outras dimensões do conhecimento humano, o engajamento nas lutas sociais, ou seja, inculcar o sentimento revolucionário próprio das classes populares. Mas que fique claro que a educação tem papel coadjuvante na transformação da sociedade, o protagonista é o trabalho.

A educação, embora não seja trabalho no sentido ontológico, é um instrumento com fortes vínculos ontológicos, muito importante no desenvolvimento da pessoa humana. O processo de tornar-se homem do homem, ou a autoconstrução humana é fruto da relação dos homens no trabalho. É o trabalho que humaniza o homem, mas esse se torna parte do gênero humano quando está de posse dos conhecimentos e habilidades que lhes permite executar as tarefas próprias do trabalho e produzir bens necessários a sua sobrevivência. Esses conhecimentos e as habilidades lhes são passados pela educação.

#### 4 EDUCAÇÃO PARA EMANCIPAÇÃO HUMANA EM ADORNO E EM TONET

O conceito de Emancipação Humana para Adorno e Tonet são divergentes. Enquanto para o Adorno a Emancipação é confundida com o conceito de cidadania e democracia, para Tonet Emancipação Humana é a constituição de uma forma de sociabilidade para além do capital, a sociedade comunista. Tonet defende a superação da emancipação política, da democracia e da cidadania. Ambos os autores desejam um modelo de sociedade com justiça social e são contrários ao modelo de sociedade capitalista atual.

O ponto de partida do pensamento de Adorno, sobre Emancipação Humana, no livro *Educação e Emancipação*, é a crítica social do período pós Segunda Guerra Mundial. Um cenário de destruição e o maior exemplo de violência, de todos os tempos, embora os resquícios de violência estejam por todas as partes do mundo. Mas nada supera a Alemanha nazista, que deve ser evitada a todo o custo. Os homens não devem medir esforços, para evitar que tudo volte a acontecer.

E que diante dessa explosão de violência as “coisas”, pareciam caminhar aparentemente bem, a sociabilidade capitalista imperando, os homens imersos, e bem adaptados a esse modelo de sociedade.

Apesar do horror da Segunda Guerra Mundial, do esquecimento ou da indiferença das pessoas, todos estavam convivendo com os pressupostos do nazismo.

Outro aspecto bastante curioso é o fato dessa época ser considerada a época do esclarecimento. O desenvolvimento tecnológico e científico tomando proporções nunca vistas e o homem não se dispõe a fazer uso do esclarecimento e perceber a situação de exploração e opressão social. Continuavam vendo que os pressupostos objetivos da política fascista sobreviviam na frágil democracia.

Um começo muito importante para tirar o homem dessa situação de inércia é o esclarecimento do que foi a Alemanha nazista, para que as pessoas se tornem conscientes e trabalhem essa questão o mais profundo possível, para que as pessoas jamais voltem a tolerar o uso de violência de maneira irracional, contra a vida de seres humanos. Mas acontece que os homens não se dispõem, a novas experiências e tendem a continuar na zona de conforto e continuar existindo, imersos na cultura e nos coletivos.

A recém implantada democracia, nada mais que uma simples concessão de direitos, que pouco ou nada melhorou a vida das pessoas que tiveram que continuar

trabalhando, servindo ao seu senhor mais cruel, o capital. A falta de consciência e de força de vontade de melhorar a vida humana, é na visão de Adorno o entrave mais grave, e contribui com a manutenção da opressão social.

A proposta de Adorno é a consolidação da democracia, a luta por direitos e melhores condições de vida. Devido a impossibilidade de superação do capitalismo os homens devem reagir, buscando a todo custo a consolidação da democracia, a conquista de direito. Para isso o autor argumenta que se for necessário é viável fazer uso de violência, argumento que parece até contrário, já que esse autor defende a desbarbarização da humanidade. Mas o uso de violência refletida racionalmente e em defesa dos direitos humanos é válida. Desse modo o homem cumpre o seu papel social, a luta por uma democracia, um modelo de sociedade com mais justiça social, com a participação de todos os cidadãos.

O caminho para atingir esse objetivo é a educação para a Emancipação, ou o mesmo que educação para a cidadania.

A educação para a emancipação significa educar para evitar que os homens se tornem bárbaros, para que não façam uso da violência de maneira primitiva e sem motivos racionais. A educação precisa formar as pessoas na contramão da indústria cultural, que serve ao capital e inibe o desenvolvimento do cidadão. E ao mesmo tempo, a educação deve preparar o homem para viver a realidade, para saber enfrentar os desafios, e não em pessoas ajustadas. Pessoas aptas para lutar pela democracia e constituir-se em pessoas autônomas. Assim, a constituição do eu, deve ser de maneira independente, ou seja, sem a tutela de outro.

A luta social nesses termos significa a livre associação, regida pela vontade de cada um, ou pela subjetividade em colocar as forças em comum e lutar pela consolidação da democracia na luta por direitos.

Ivo Tonet, na obra *Educação, Cidadania e Emancipação Humana*, apresenta o conceito de emancipação humana e sua relação com a educação, partindo da realidade atual, no sentido ontológico.

As determinações históricas e concretas, a constituição do homem pelo homem, como se relacionam uns com os outros e a sociedade onde vivem. O papel da educação é a constituição do homem, enquanto parte do gênero humano. O homem passa a fazer parte do gênero humano pelo trabalho, mas os conhecimentos e as habilidades para realizar o trabalho são passados aos homens pela educação.

O trabalho é o fundamento ontológico do homem, o que o torna humano, diferente dos outros animais que, embora realizem trabalho não são conscientes da atividade que exercem. A atividade produtiva realizada pelos animais não muda as habilidades que lhes são passadas geneticamente e são condicionados ao meio, não se desvinculam da natureza fazendo parte do ambiente onde vivem de maneira passiva.

O trabalho realizado pelos homens é o seu intercâmbio direto com a natureza, mas o homem modifica a natureza adaptando-a à sua necessidade, possibilitando que o homem se distancie do que é natural, sendo ativo e agindo, se desenvolve. A relação do homem com a natureza é de dependência e ruptura, pois a subjetividade e a objetividade constituem uma a outra e a dualidade se dissolve na unidade. São as condições objetivas, que determinam as condições materiais de sobrevivência dos homens.

A forma de sociabilidade é decorrente das relações estabelecidas pelos homens na produção material e a realidade atual é a relação estabelecida na produção material da vida na sociedade capitalista.

O modelo de produção é a propriedade privada e trabalho assalariado. O trabalho nesses termos perde sua função essencial de humanizar o homem, pois o trabalho aqui serve a um senhor, o capital, que interrompe o processo da formação do homem pelo homem, tornando-o alienado. A alienação é um fator que engessa o homem, tornando-o um ser em si e não um ser para si, pois ele não usufrui do produto do seu trabalho.

Uma sociedade emancipada, cuja relação de trabalho é o trabalho associado, tem como finalidade, suprir as carências dos homens. Aqui o trabalho cumpre com sua função por excelência, a autoconstrução humana, pois é realizado de maneira planejada e consciente, onde cada um que realiza o trabalho conhece e participa dos conhecimentos objetivos que dá vida à produção material. Os homens conhecem todas as etapas da produção, desde o planejamento até a execução das tarefas produtivas.

Os conhecimentos e as habilidades para a realização do trabalho acumulados ao longo da história constituem o patrimônio histórico e cultural. Quanto mais o homem conhece esse patrimônio, maior a possibilidade de superação da forma de sociabilidade, para uma mais desenvolvida e humana, a que Marx chama reino da liberdade.

A tarefa da educação, seu fundamento histórico ontológico, é a necessidade de passar os conhecimentos e as habilidades acumulados pela humanidade, às novas gerações.

Os homens não nascem sabendo, é necessário que o conhecimento lhes seja transmitido por meio da atividade educativa, da forma mais ampla possível.

Esse é o objetivo maior para a educação segundo Tonet, e é o caminho mais viável para a superação do capital. A educação para a emancipação cabe a tarefa de informar e criar a consciência revolucionária.

Mas as fortes impressões causadas pelo momento atual, de que não tem muita coisa a ser feita para a superação das relações já consagradas da sociedade capitalista, o que resta a ser feito e a busca por direito. A educação cabe, nessa concepção, a formação cidadã e democrática que nada mais é na concepção de Tonet, um serviço prestado ao capital.

Tonet defende que a educação para a emancipação, deva ser articulada por boas teorias ancoradas nos pressupostos histórico-ontológicos, do homem e da sociedade. Para isso é necessário saber definir bem o objetivo da atividade educativa, que no nosso caso é a emancipação humana. Conhecer profundamente o momento atual é o desafio a ser enfrentado para consolidar uma prática educativa para esse fim.

Para uma prática educativa emancipatória é necessário o domínio das áreas do conhecimento humano. As especializações e a formação técnica, práticas muito comuns atualmente, é totalmente contrária a essa formulação para a emancipação. Por isto a articulação da educação para a emancipação com as lutas sociais e o sentimento revolucionário é fundamental.

A formulação de Adorno e Tonet sobre a Emancipação se divergem desde o fundamento metodológico. Adorno parte de observações da realidade social, de maneira especulativa da experiência dos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, e a necessidade de emancipação humana no pós-guerra. Mas não vai à raiz do problema, identificando quais foram as causas reais que levaram a guerra, ou os interesses em jogo. Tonet parte da perspectiva ontológica de Marx e vai mais fundo, conhecendo os pressupostos concretos, que inibem a emancipação humana, e a necessidade de o homem reagir.

A concepção de Emancipação Humana, dos autores em questão é contraditória. Enquanto para Adorno a emancipação humana é o mesmo que Emancipação Política, para Tonet, emancipação Humana é algo além da Emancipação Política, é o mesmo que comunismo, uma forma de sociabilidade para além do capital.

Na visão dele uma sociedade mais justa não é possível sobre os pressupostos do capitalismo, e que, é possível superá-lo. Emancipação Política é o mesmo que cidadania, entendida como um avanço válido para o amadurecimento do ser social, mas não deve ser o fim pretendido, apenas um meio para superação do capital.

Na visão de Adorno não é impossível superar o capital, resta ao homem fazer uso do esclarecimento e lutar por direitos e melhores condições de vida na sociedade do capital.

Quanto à atividade educativa, Adorno articula educação e cidadania, ideias combatidas por Tonet, que argumenta a impossibilidade de juntar uma atividade educativa emancipatória com cidadania, pois educação para a cidadania significa tornar as pessoas ajustadas ao ideal do estado capitalista.

A verdadeira função da educação tem origem ontológica, pois surgiu pela necessidade de passar ao homem os conhecimentos e as habilidades que possibilitam a produção material. A educação nesses termos colabora com a formação do homem pelo homem.

Adorno defende a ideia da criação da autonomia, independente da influência de outro, o que ele chama de construção do eu, enquanto para Tonet a liberdade só pode existir com a livre associação dos homens, em prol do desenvolvimento da humanidade, e não pode existir liberdade se existe carência de qualquer espécie, e o homem sozinho não é possível se constituir como a liberdade.

Portanto, a ideia de Tonet é mais completa tendo em vista a profundidade e a riqueza de detalhes. Elabora um plano mais amplo e diz como deve ser a educação para a emancipação, ao passo que Adorno apenas menciona a necessidade de se pensar uma atividade educativa para a emancipação humana, lamentando a falta de literatura que aborde a educação para a emancipação. A esse respeito, Tonet vê que a literatura, daquela época para cá, desenvolveu e hoje existe muita discussão a respeito desse assunto, mas que de quase nada adianta, pois se trata de formulações subjetivas e sem o rigor metodológico e teórico necessário à uma atividade emancipatória.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho trouxe aspectos importantes para pensar a emancipação humana, no sentido de ter sido apresentado sobre a perspectiva dupla, de dois autores renomados como Adorno e Tonet. Ambos trazem concepções e aspectos a serem considerados sobre a emancipação humana, principalmente se tivermos em mente o contexto histórico e a produção desenvolvida ao longo de tempo acerca da emancipação humana.

No contexto de Adorno, no pós-guerra, a falta de produção com a abordagem emancipação humana ou de educação para emancipação foi um entrave, segundo o autor. Para Tonet o problema é outro, existe discussão em grande escala, mas parte de vertentes por ele condenáveis, embora recheadas de boas intenções, mas que não alcançam o verdadeiro sentido da emancipação humana. Uma dessas ideias equivocadas segundo ele é justamente a que foi defendida por Adorno, difundindo a educação cidadã como uma educação para a emancipação.

As concepções dos autores acerca da emancipação humana ficaram claras e evidentes, assim como bem argumentadas, embora divergentes.

Adorno acredita e defende que por meio da educação cidadã se chega a emancipação humana, a uma sociedade desenvolvida através da luta constante dos cidadãos por direitos sociais e humanos. Ideias viáveis numa época de muito debate quanto a concessão de direitos, direitos humanos, direito à vida, direitos sociais, e da consolidação da democracia após a Segunda Guerra Mundial.

Tonet considera importantes os avanços sociais e humanos oriundos da democracia, as concessões de direitos como conquistas das lutas sociais, embora em muitos casos, para acalmar os ânimos e colocar todos nos seus devidos lugares dentro da sociedade capitalista. Para Tonet que parte da ideia de ontologia do ser social de Marx, a emancipação é a total objetivação que consiste na práxis humana. Ou seja, a emancipação humana só será possível numa sociedade sem senhores, governada pela prática de todos para todos.

O papel da educação no processo para a emancipação é a tarefa de passar o conhecimento desenvolvido ao longo da história da humanidade, para que o conjunto dos homens possa objetivar, conhecer as etapas da produção material, e evoluir para a livre associação, onde não haverá exploração do homem pelo homem.

Portanto o homem que Adorno deseja formar, o homem emancipado, é o cidadão que luta por melhorias sociais em uma sociedade com a democracia cada vez

mais desenvolvida. É esse homem que Tonet combate. Para ele o homem emancipado é o ser social, que produz para si, dentro do modelo social além das fronteiras da sociedade capitalista.

Essas considerações estão longe de estarem concluídas no sentido de ter muitos aspectos dos autores que não tiveram como serem considerados nesse trabalho.

## 6 REFERÊNCIAS

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro Terceiro, v.VI, 1974.

\_\_\_\_\_ **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ADORNO, Theodor. **Educação e Emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. 6. ed. São Paulo: Paz e terra, 1995.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.